

Proj. Lei nº 502/09

AO EXPEDIENTE  
Em 06 ABR 2009

Presidente



Recebido. Autue-se  
e inclua em pauta.

Em 06/04/2009

Secretário



ESTADO DE RONDÔNIA  
Assembleia Legislativa

06 ABR 2009

Protocolo

047/09

Processo

046/09

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 046 , DE 3 DE ABRIL DE 2009.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III, do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei que "Introduz alterações na Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que instituiu o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS".

Nobres Parlamentares, as alterações propostas tem por escopo:

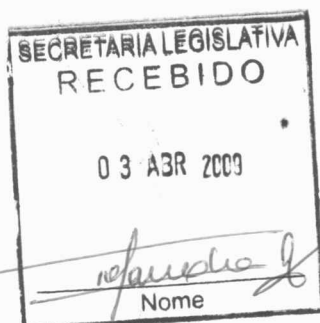
1- no caso do artigo 138 permitir que tanto a Fazenda Pública como o contribuinte possam interpor Recurso Revisional contra decisão proferida em grau de recurso voluntário, como também contra decisão exarada em grau de Recurso de Ofício, este que é uma apelação a ser impetrada pela 1ª instância do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais – TATE, quando a decisão for contrária ao Erário;

2- no caso do artigo 138-A permitir que a Fazenda Pública possa interpor Recurso Especial contra decisão proferida em grau de recurso voluntário, como também contra decisão exarada em grau de Recurso de Ofício.

Estas alterações ensejarão a possibilidade de correção de possíveis injustiças cometidas pela decisão definitiva de 2ª instância do TATE em grau de Recurso de Ofício que, por qualquer motivo, seja contrária ao melhor direito, jurisprudência administrativa e legislação aplicável ao caso tratado no Processo Administrativo Tributário – PAT.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, requerendo, nos termos do artigo 41, da Constituição do Estado, seja adotado o **Regime de Urgência**, previsto no artigo 232 e seguintes, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 32, de 21 de agosto de 1990, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

IVO NARCISO CASSOL  
Governador





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**GOVERNADORIA**

PROJETO DE LEI DE 3 DE ABRIL DE 2009.

Introduz alterações na Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que instituiu o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:**

Art. 1º Os artigos 138 e 138-A, da Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996, que “Instituiu o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS”, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 138. Cabe recurso revisional da decisão proferida em grau de recurso voluntário ou de ofício, quando divergir, no critério de julgamento, de outra decisão proferida por qualquer das Câmaras ou pela Câmara Plena.

Art. 138-A. Cabe recurso especial contra decisão exarada em grau de recurso voluntário ou de ofício, contrária à Fazenda Pública Estadual, a ser julgado pela Câmara Plena, quando contrariar expressa disposição de lei ou a prova dos autos e desde que não caiba recurso revisional, que poderá ser interposto pelas seguintes autoridades:”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.